

# Dilema Inflacionário

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, insiste que os empresários diminuam as margens de lucro, através da redução dos preços, e tornem a produção acessível à queda do poder de compra dos salários e do volume de dinheiro em circulação. Só assim cairia a inflação e seria minimizada a recessão.

A argumentação da ministra é um exemplo de lógica econômica. Reproduz exatamente a teoria quantitativa da moeda: quanto mais moeda em circulação, mais altos os preços, através do leilão que desvaloriza o *produto* moeda em relação aos bens e serviços em oferta.

Numa economia inflacionária como a nossa, aceitar essa lógica implica prejuízos aos que enriquecem na inflação. Por isso, o seu combate, benéfico à maioria, é tratado como um mal pelas elites empresariais, que procuram vender a noção de que a austeridade monetária e fiscal só conduz à recessão, ao desemprego e a problemas sociais.

Esse é um típico argumento dos que se acostumaram a viver numa economia indexada e não sabem agir sem a ciranda inflacionária do repasse automático dos custos (salariais, financeiros, tributários e das matérias-primas) aos preços de seus produtos. O rigor fiscal e monetário cortou a expansão monetária. O espaçamento dos reajustes salariais (de mensais para a livre negociação com três a seis meses, apesar da resistência do governo) diminuiu o poder de compra do mercado.

Os preços deveriam cair. Mas não caem. Os empresários têm evitado reduzir os custos por

dentro, e resistem também à redução das margens de lucro. Preferem perder mercado, reduzindo a produção e demitindo o pessoal ocioso, com novo encolhimento do mercado interno. Essa opção acelerou a recessão e amplia os ônus sociais do combate à inflação.

Os economistas ouvidos pelo *JORNAL DO BRASIL* no *Balanço Mensal* chamam a atenção para o dilema inflacionário atual, que pode levar o país a conhecer uma recessão de três ou seis meses, ou até de cinco anos, como adverte o professor Dionísio Carneiro, da PUC-RJ. O economista Edmar Bacha, ex-presidente do IBGE, cita as estatísticas sociais da última década — quando a inflação em alta ampliou a concentração de renda no país — para condenar lideranças empresariais e sindicais, que preferem indexar preços e salários pela inflação passada, a estabelecer uma coalizão antiinflacionária.

Que as lideranças empresariais prefiram a inflação é até compreensível, mas é suicídio a médio e longo prazos. A inflação condena o mercado interno ao progressivo estreitamento, pela redução do poder de compra dos salários, que sempre ficam a reboque da corrida com os preços. Esse mecanismo é a matriz da concentração de renda no país, pois torna os empresários e os demais sócios da inflação mais ricos, enquanto ficam mais pobres os que vivem de salário e consomem a produção. Não dá para entender, portanto, a opção da CUT pela indexação dos preços e salários, negociada com a Fiesp.